

ORIGEM E ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ALTO URUGUAI GAÚCHO DO RIO GRANDE DO SUL

Jonas José Seminotti¹

 <https://Orcid.org/0000-0002-8112-7163>

RESUMO

O presente trabalho se configura como a (re)construção da trajetória que marca a formação de um campo de lutas por direitos aos trabalhadores do campo e da cidade na região Alto Uruguai, do Rio Grande do Sul, nas décadas de 1970 e 1980, tendo a influência do setor progressista da Igreja Católica desta região. O objetivo deste estudo foi compreender como ocorreu o processo de criação dos movimentos sociais e a contribuição deles para a organização de um campo de lutas sociais e políticas no Alto Uruguai Gaúcho. Em termos metodológicos, pesquisamos em documentos como atas, relatórios, cartilhas e obras literárias. Para tanto, a pesquisa em Seminotti (2008) foi fundamental, pois trata-se de uma obra que reuniu entrevistas de padres, professores, lideranças, agricultores e operários que revelam esta construção numa perspectiva de análise histórico-crítica. O território em análise é a região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, que, nos anos 1970 e 1980, tinha uma população predominantemente rural, vivendo em pequenas comunidades, em sua maioria de origem europeia com forte religiosidade. Ao final deste estudo, concluímos que os padres progressistas foram determinantes para a formação dos movimentos sociais e a atuação destes contribuiu para a formação de dezenas de lideranças sociais e políticas, especialmente entre os jovens, e para a conquista de políticas públicas para trabalhadores do campo e da cidade.

Palavras-chave: Organização Social. Religiosidade. Teologia da Libertação. Rural.

ORIGIN AND ACTION OF SOCIAL MOVEMENTS IN UPPER URUGUAI GAÚCHO OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

This study is a (re)construction of the trajectory that marks the formation of a field of struggle for rights for rural and urban workers in the Alto Uruguai region of Rio Grande do Sul in the 1970s and 1980s, influenced by the progressive sector of the Catholic Church in this region. The objective of this study was to understand how the process of creation of the Social Movements occurred and their contribution to the organization of a field of social and political struggles in Alto Uruguai Gaúcho. In methodological terms, we researched documents such as minutes, reports, pamphlets and literary works. The research in Seminotti (2008) was fundamental because it is a work that brought together interviews with priests, teachers, leaders, farmers and workers that reveal this construction from a perspective of historical-critical analysis. The territory under analysis is the Alto Uruguai region of Rio Grande do Sul, which in the 1970s and 1980s had a predominantly rural population, living in small communities, the majority of which were of European origin and strongly religious. At the end of this study, we concluded that progressive priests were instrumental in the formation of social movements and that their actions contributed to the formation of dozens of social and political leaders, especially among young people, and to the achievement of public policies for rural and urban workers.

Keywords: Social organization. Religiosity. Liberation Theology. Rural.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de pesquisa: Desenvolvimento Sustentável, Educação do Campo, Agroecologia e Políticas Públicas. E-mail: jonas.seminotti@ufrgs.br.

ORIGEN Y ACCIÓN DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL ALTO GAÚCHO URUGUAI DE RIO GRANDE DO SUL

RESUMEN

Este trabajo se configura como la (re)construcción de la trayectoria que marca la formación de un campo de lucha por los derechos de los trabajadores rurales y urbanos en la región del Alto Uruguay de Rio Grande do Sul en las décadas de 1970 y 1980, influenciado por el sector progresista de la Iglesia Católica en esa región. El objetivo de este estudio fue comprender cómo se produjo el proceso de creación de los Movimientos Sociales y su contribución a la organización de un campo de luchas sociales y políticas en el Alto Uruguay Gaucho. En términos metodológicos, se investigaron documentos como actas, informes, folletos y obras literarias. La investigación de Seminotti (2008) fue fundamental porque es un trabajo que reunió entrevistas a sacerdotes, maestros, dirigentes, campesinos y trabajadores que develan esta construcción desde una perspectiva de análisis histórico-crítico. El territorio en análisis es la región del Alto Uruguay de Rio Grande do Sul, que en las décadas de 1970 y 1980 tenía una población predominantemente rural, viviendo en pequeñas comunidades, en su mayoría de origen europeo y con fuerte religiosidad. Al final de este estudio, concluimos que los sacerdotes progresistas fueron fundamentales en la formación de movimientos sociales y sus acciones contribuyeron a la formación de decenas de líderes sociales y políticos, especialmente entre los jóvenes, y al logro de políticas públicas para los trabajadores rurales y urbanos.

Palabras clave: Organización social. Religiosidad. Teología de la Liberación. Rural.

INTRODUÇÃO

A formação dos Movimentos Sociais Populares no Alto Uruguai Gaúcho está inserida no contexto de grandes mudanças no campo sociopolítico brasileiro. O recorte histórico, identificado em Seminotti (2008) é marcado por duas fases. A primeira é marcada pela censura das liberdades democráticas, com ações repressivas aos movimentos sociais do campo e da cidade, quando a Igreja, sobretudo a Católica, esteve complacente com os princípios antidemocráticos. Também pela política desenvolvimentista dos governos militares que promovem o desenvolvimento urbano industrial e a modernização agrícola, causando graves consequências à classe trabalhadora, especialmente o êxodo rural. Na segunda fase, ocorre a reabertura política do país, tendo como um dos fatores preponderantes, para esta mudança, a construção de um campo de lutas com a reorganização dos movimentos sociais populares, que conta com a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da União Nacional do Estudantes (UNE), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros atores da sociedade civil, e dos Setores Progressistas da Igreja Católica, a partir da Teologia da Libertação, com a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Em meio ao contexto político brasileiro, está a Igreja Católica que internamente passava por mudanças. São três acontecimentos que marcam o período de renovação da Igreja e provocam mudanças no trabalho de padres, religiosos e leigos na América Latina e no Brasil: o Concílio

Vaticano II (1962-1965), Conferência de Medellín (1968) e a Terceira Conferência em Puebla (1979). O Concílio Vaticano II foi fundamental para a abertura da Igreja Católica a temas voltados ao desenvolvimento social, além de abrir caminho para que as Conferências de Medellín e Puebla fortalecessem o trabalho dos setores progressistas que passaram a realizar ações no campo social e político, e sobretudo o trabalho pastoral visando a transformação social.

O presente estudo teve por objetivo compreender como, sob a influência dos setores progressistas da Igreja Católica, ocorreu o processo de criação dos Movimentos Sociais na Região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, e qual a contribuição deles para a organização de um campo de lutas sociais e a conquista de direitos aos trabalhadores.

Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa em Seminotti (2008), no qual constam entrevistas a um grupo de padres da Diocese de Erechim, RS, a lideranças sociais e políticas da região Alto Uruguai do RS, a documentos pertencentes à Cáritas Diocesana, bem como a relatórios e atas das Organizações Sociais Populares. A pesquisa buscou informações sobre a origem e o desenvolvimento deste processo de criação dos movimentos sociais e de sindicatos, e, após a sua formação, como se deu a atuação das organizações sociais a partir dos anos 1970 e 1980.

A criação e atuação dos movimentos sociais na região Alto Uruguai do RS podem ser compreendidas a partir da definição da socióloga Maria da Glória Gohn (2008). A autora argumenta que os movimentos sociais representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação por melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto à construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade vigente.

A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

A colonização da região Alto Uruguai, a partir do início do século XX, fez parte da proposta do Estado positivista para a implantação de um projeto modernizador que inserisse a região num modelo de produção capitalista, baseado na pequena propriedade. O (i)migrante europeu representaria o elemento civilizador da região, até então reduto das populações nativas formadas por comunidades indígenas e caboclos. Ianni analisa da seguinte forma:

A expansão do capitalismo europeu após o início da Revolução industrial elucida a concentração da produção e a expansão desta, determinada pela abundância da mão-de-obra, fruto da exploração demográfica ocorrida no século XVII. A vinculação do crescimento da produção ao da oferta da mão-de-obra é significativa, pois quando o crescimento desta se estabiliza e se organiza, através dos movimentos sindicais, a solução será a expansão em direção aos mercados coloniais (Ianni, 1979, p. 11).

Seminotti (2008) coloca que os lotes de terras recebidos variavam de 77 hectares, até 1851, a 25 hectares, no final do Século XIX. A lei de Terras² estabelecia como se daria este processo. O Alto Uruguai foi uma das últimas regiões do Rio Grande do Sul a fazer parte do projeto de colonização, o que contribuiu para que se formasse neste local um reduto de comunidades indígenas e caboclos que, encurralados pelo avanço da colonização em outras regiões, migravam e aí se estabeleciam. Neste sentido, Giaretta (2008, p. 44) descreve: “Parte da região da colônia Erechim era habitada pelos índios caigangues instalados nas cabeceiras do rio Toldo com seus aldeamentos, local de refúgio de presidiários, fugitivos da lei, desertores da Revolução de 1893”. Deste modo, a chegada do (i)migrante europeu à região provocou um processo de perda de terras por parte dos índios e caboclos, que foram remanejados ou excluídos da colonização planejada pelo Estado.

A participação dos colonos nas comunidades rurais permitiu que se iniciasse um sistema de organização social, pois a presença na comunidade significou a construção de um espaço coletivo de lazer, de oração e até de disputas por poder das direções de clubes e capelas, surgindo, deste modo, o aspecto político entre membros das comunidades. A pequena área de terra forçou o colono a desenvolver várias culturas, usufruindo dos recursos naturais, pensando primeiramente na subsistência da família e depois na comercialização do excedente.

O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO ENTRE 1970 E 1990

A formação dos movimentos sociais na região Alto Uruguai insere-se no contexto da conjuntura política brasileira e sob a influência das mudanças da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II.

Para a implantação da política desenvolvimentista que beneficiasse as elites brasileiras e a entrada do capital estrangeiro, fez-se necessário o controle da situação política do país e o aniquilamento das forças de oposição. Esta tarefa foi cumprida pelos decretos institucionais.

A política desenvolvimentista dos anos 1970 previa um processo de modernização capitalista, através do qual a grande propriedade latifundiária se transformaria em empresa capitalista agrária e haveria a internacionalização do mercado interno. Seminotti (2008) argumenta que a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social marcada por profundas desigualdades sociais.

² A Lei nº 601 de 18.09.1850 (Lei de Terras) cria a repartição geral das terras devolutas e da promoção da colonização nacional estrangeira. Propicia ao colono estrangeiro, proprietário de terra, direito de naturalização após certo tempo de residência e dispensa do serviço militar. Todavia, o acesso à terra só se dá pela compra.

O crescimento econômico brasileiro estava condicionado a uma conjuntura internacional favorável. Com a crise do petróleo em 1973, a economia brasileira sofreu brusco impacto. Seminotti (2008) coloca que a queda do crescimento econômico gerou críticas e discordâncias por parte dos empresários acerca do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos militares.

Somado a este conjunto de mudanças, surgiu um campo de forças políticas e culturais composto por intelectuais orgânicos, militantes políticos, artistas, estudantes e ativistas que passam a lutar pela redemocratização do país. Nesta mesma perspectiva, há a atuação da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras pastorais, tendo como doutrina a Teologia da Libertação.

O movimento estudantil tornou-se um dos responsáveis pela retomada das mobilizações, recuperando o espaço das ruas. Com isso, ocorreu uma rearticulação do movimento sindical, com o fortalecimento do novo sindicalismo e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir das greves do BC paulista. Neste cenário de enfraquecimento do regime militar, ressurgem as experiências de Educação Popular.

AS MUDANÇAS INTERNAS DA IGREJA CATÓLICA E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

As mudanças internas da Igreja Católica, a partir dos anos 1960, fortaleceram os setores progressistas formado por um considerável número de leigos, padres e bispos. Também, sob inspiração dos movimentos de libertação da África e, especialmente, com as Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín, em 1968, e de Puebla, em 1979, as teses progressistas ganham força internamente. Na América Latina, a Teologia da Libertação se torna uma doutrina em expansão e seus seguidores se autodenominam Igreja da Libertação.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como órgão máximo da Igreja, criou várias comissões para atuar no campo das lutas populares, exigindo justiça social e democracia. Assim se constituem as Pastorais sociais para atuarem junto aos setores populares, formando-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Paludo esclarece que:

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) datam dos primeiros anos da década de 1960 e inicialmente desenvolveram o trabalho nas zonas rurais, especialmente do nordeste. No RS, as CEBs se desenvolveram com maior força no final dos anos 1970 e nos anos 1980. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foi criado em 1972 e, em 1975, tem-se a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Paludo, 2001, p. 61).

Várias pastorais ganharam espaço no cenário das lutas sociais entre as décadas de 1970 e 1980. Em Seminotti (2008), identificamos quais foram: pastoral da Terra, da Juventude, Operária, e da Criança. Surgiram associações e movimentos comunitários impulsionados principalmente pela ala progressista da Igreja.

Em relação ao papel da Igreja frente ao regime militar, Schmidt (2005) argumenta que, enquanto apoiou o regime, a Igreja foi elogiada. Bastou que uma parte dela (o chamado clero progressista) se voltasse contra as barbaridades do capitalismo, para que logo a acusassem de fazer politicagem. Lideranças do campo eclesiástico, como D. Helder Câmara, D. Evaristo Arns e D. Pedro Casaldáglia, frei Beto e frei Leonardo Boff, defenderam os direitos humanos, denunciaram as injustiças sociais, o autoritarismo e repressão do governo brasileiro.

Os setores progressistas da Igreja Católica da Diocese de Erechim passaram a pregar a Teologia da Libertação através de várias pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Neste sentido, Schmitt explica:

A ação pastoral desenvolvida por religiosos e leigos identificados com a Teologia da Libertação voltava-se, antes de qualquer coisa, para as bases, ou seja, para aqueles setores da população privados ao mesmo tempo 'do ter, do poder e do saber', desdobrando-se em distintas frentes de luta. Neste primeiro momento, a luta dos sem-terra, a luta dos agricultores atingidos pela construção de barragens, a luta dos pequenos agricultores, a organização das mulheres e dos jovens apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era a construção da 'nova sociedade' (Schmitt, 1996, p. 194).

A partir da Teologia da Libertação e da aplicação do método “Ver, Julgar e Agir”, foram realizados, no âmbito da diocese de Erechim, inúmeros cursos de formação. Centenas de trabalhadores, tanto do campo como da cidade, foram incentivados a ter uma atuação oposicionista junto aos sindicatos de trabalhadores existentes, bem como a se organizar de modo coletivo em movimentos sociais.

A FORMAÇÃO DAS NOVAS LIDERANÇAS

No início da década de 1970, grupos formados por padres e leigos passaram a se organizar na região Alto Uruguai. Analisavam a conjuntura sociopolítica do país e desenvolviam ações com o objetivo de criar coletivos que lutassem pela redemocratização do país, junto, no meio sindical e no campo político partidário. Passaremos a descrever, a partir de Seminotti (2008), quais eram estes grupos e os seus objetivos.

O Esquema Dois

O Esquema Dois foi uma organização que funcionou na primeira metade da década de 1970. Seminotti (2008) revela que reunia padres progressistas das dioceses de Erechim e de Passo Fundo, que por vezes se articulavam com padres de outras dioceses do estado do RS. Tinha por objetivo pensar e definir ações comuns, tendo presente a conjuntura nacional e a realidade local.

Segundo o Padre Milton Matias, como apresentado em Seminotti (2008, p. 92), “nos reuníamos para fazer frente às questões do Estado. Tratávamos os nossos assuntos, sobre o clero,

as divergências na Igreja e também sobre questões sociais, ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT)”. Da Diocese de Erechim, participavam os padres Milton Mathias, Ivo Moelke, Antonio Scheffel, entre outros.

Segundo Seminotti (2008), o grupo Esquema Dois manteve-se organizado até o ano de 1974.

O Grupo Paulo VI

A partir de Seminotti (2008), identificamos que, em 1972, constituiu-se o grupo Paulo VI, tendo a participação de padres, professores e lideranças dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica. Padre Valter Girelli, em Seminotti (2008, p. 94), relata que os padres mais velhos e, por vezes, o bispo D. João Hoffmann, da diocese de Erechim, faziam críticas quanto à participação de padres no Grupo Paulo VI. Por outro lado, os bispos D. José Gomes, de Chapecó, e D. Orlando Dott, de Vacaria, que estavam comprometidos com a realidade social e o processo de mudanças da Igreja Católica, apoiavam o trabalho social de padres.

A articulação de várias lutas e o surgimento de várias organizações sociais da região Alto Uruguai tiveram origem ou contribuição do grupo Paulo VI. Podemos destacar o surgimento da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), o Centro de Educação Popular (CEPO), O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a criação da CUT Alto Uruguai e do Partido dos Trabalhadores (PT) em municípios da região, além do processo das oposições sindicais.

A Escola Diocesana de Servidores

A Escola Diocesana de Servidores foi criada em 1973, na Diocese de Erechim. Segundo Seminotti (2008), tinha como objetivo primordial formar leigos para diversos ministérios, pois o concílio Vaticano II determinou, em 1965, que deveria haver diáconos permanentes para auxiliarem nos trabalhos da Igreja devido à escassez de padres.

Seminotti (2008, p. 97), citando o Padre Demétrio Valentini, que viria a ser bispo de Jales (SP), explica que “a formação de lideranças comunitárias para servir à Igreja e à comunidade contrariavam os interesses da ditadura militar. Muitas destas lideranças comunitárias, aos poucos, descobriram a vocação para atuar em outros campos.” Valentini cita o exemplo de Ivar Pavan, que, de servidor de comunidade, tornou-se líder sindical e elegeu-se deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo Demétrio, não era contraditório o trabalho de ordem política, pois transcendia o comunitário, o serviço ao povo (Seminotti, 2008). Pois, como mencionado acima, a escola tinha, entre outros, o objetivo de integrar e assumir responsabilidades sociais e políticas.

A Pastoral da Juventude

Em Puebla (1979, p. 315), a Igreja Católica manifesta-se sobre os jovens, através do texto oficial, da seguinte forma:

A Igreja vê na juventude uma enorme força renovadora, símbolo da própria Igreja. Existem jovens socialmente muito inquietos, mas reprimidos pelos sistemas de governo; estes buscam a Igreja como espaço de liberdade para poderem expressar-se sem manipulações e protestar social e politicamente.

O trabalho de formação da Igreja Católica com jovens começa algumas décadas antes de Puebla. Nos anos 1930, surgiu um movimento de leigos chamado Ação Católica. Dentro dele, surgiu um movimento de jovens operários denominado JOC (Juventude Operária Católica). Seminotti (2008) explica que se criou no Brasil, em 1950, a Ação Católica Especializada, atuando no meio operário, universitário, estudantil e rural. Para os jovens do meio rural, surgiu, então, a JAC (Juventude Agrária Católica), que, a partir de 1950, começou a se espalhar por todo o país.

Na diocese de Erechim, constitui-se, em 1975, a Coordenação Diocesana de Pastoral que era coordenada pelo Padre Antoninho Valentini. A partir daí, implementaram-se as diretrizes aprovadas pela CNBB que inspiraram os planos diocesanos com as ações evangelizadoras em todo o Brasil.

Uma ideia pioneira, de iniciativa do padre Antonio Scheffel quanto à organização dos jovens rurais na região Alto Uruguai, foram os encontros de jovens rurais no final da década de 1970. O padre esteve presente na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia (GO), em 1975, e de lá voltou convencido dos objetivos políticos da mesma.

A criação do Instituto de Pastoral da Juventude (IPJ) e a formação do Curso de Assessores de Jovens (CAJO)

A criação do IPJ tinha como objetivo a formação de assessores de diferentes dioceses do estado do RS. Seminotti (2008) explica que a formação de assessores foi através do Curso de Assessores de Jovens (CAJO). Segundo o texto *Juventude faz História*, do IPJ, no final de 1981, quatro grupos já haviam participado do curso de Assessores de Jovens, formando 92 assessores no âmbito do RS.

A constituição da PJ no Alto Uruguai e o Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA)

A CNBB foi a base de sustentação das pastorais sociais durante a década de 1970 e o início dos anos 80. Seminotti (2008, p. 98), citando D. Demétrio Valentini, coloca que “a CNBB fez o papel de porta-voz de quem não tinha espaço de participação na década de 1970”.

A criação da Pastoral da Juventude e dos grupos de jovens nas paróquias e comunidades na região Alto Uruguai ocorreu a partir da formação de lideranças através do curso do Treinamento para a Ação Pastoral (TAPA). Coordenado, primeiramente, pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), em 1979, destinado à formação de jovens do meio rural, estendeu-se para as dioceses do estado a partir de 1983, sob a coordenação da PJ estadual e da PJ regional.

O curso do TAPA na diocese de Erechim, segundo Seminotti (2008), acontecia em três etapas, com dois dias de duração por etapa. Realizava-se por paróquia ou por área (de duas a quatro paróquias próximas). O local era normalmente o salão comunitário de uma capela, onde havia espaço para os trabalhos, a recreação e as refeições. À noite, os jovens eram distribuídos entre as famílias da comunidade para pernoitar.

O objetivo do curso era conscientizar os jovens para a organização, a participação e a libertação, incentivando a militância nos movimentos populares e organizações sociais. A partir dos cursos de formação, os jovens buscavam conquistar o seu espaço nas equipes de liturgia, no grupo de jovens, nas diretorias da capela e direções de sindicatos.

A Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU)

O trabalho de formação de lideranças foi central para a criação das organizações sociais populares. Após a criação do TAPA pela PJ, foi criado, em 1986, a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU). Tinha por objetivo a formação aprofundada para lideranças municipais, visando intervir no campo sindical, organizando chapas de oposições sindicais, e, no campo político, criando o Partido dos Trabalhadores nos municípios da região.

Seminotti (2008) explica que a ESAU funcionou em toda a região norte do Estado, abrangendo Vacaria, Passo Fundo, Três Passos, Frederico Westphalen e toda a região Alto Uruguai. A ESAU foi criada a partir do Conselho de Oposição Sindical Alto Uruguai (COSAU), que estava constituído nos três estados do Sul e no Mato Grosso, para organizar as oposições sindicais e da Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) de Curitiba, que ministrava cursos qualificados para a formação de lideranças sindicais.

A formação pela ESAU e pela ESMA representou o primeiro passo de independência em relação à Igreja Católica na região. Os seus propósitos e objetivos reafirmavam o pensamento dos setores progressistas da Igreja Católica que construía uma base sólida no campo social, abrindo caminhos para a formação de um novo tecido social.

A CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS

A reorganização dos trabalhadores na década de 1980 tem a contribuição do Novo Sindicalismo formado a partir das greves do ABC paulista, no final da década de 1970, fortalecido com a criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

No Alto Uruguai, o sindicalismo combativo foi se estruturando durante toda a década de 1980. O surgimento de um movimento de oposição à prática do sindicalismo oficial na região Alto Uruguai, como em todo o Brasil, coincide com a retomada das lutas sociais no campo, no final da década de 1970 e na década de 1980.

As oposições sindicais no meio rural

As formações através dos cursos do TAPA, num primeiro momento, e da ESAU, posteriormente, abasteceram o movimento das oposições sindicais também chamado “Renovação Sindical”. A história do movimento sindical na região é identificada, conforme Scapini, a partir de Seminotti (2008, p. 135), por três fases: FFa fase das oposições (1979/85); a fase das lutas (1986/88); e a fase da consolidação (1989/95).

No âmbito do sindicalismo rural, o movimento de conquista das direções dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) municipais denominou-se “oposições sindicais”. Segundo Seminotti (2008), a fase das oposições (1979/1985) tinha como objetivo principal tomar das mãos dos dirigentes “pelegos”³ os STRs nos municípios da região, para transformá-los em verdadeiras ferramentas de luta nas mãos dos trabalhadores. Neste período, o embate ocorreu entre sindicalistas que se encontravam no poder, sob orientação da FETAG, e sindicalistas de formação progressista, da base de construção da CUT.

A proposta sindical da CUT, denominada de CHAPA 2⁴, foi vitoriosa em cinco das nove eleições em que houve disputa nos STRs.

Segundo Scapini, em Seminotti (2008, p. 136), a direita não hesitava em jogar sua força contra este novo sindicalismo emergente. Usava sua estrutura, seus recursos, ou mesmo fazendo terrorismo ideológico, afirmando que as lideranças do chamado novo sindicalismo eram orientadas por gente de fora, ou seja, pelo socialismo internacional.

³ O termo “pelego” é muito usado no sindicalismo para denominar aqueles sindicalistas atrelados à estrutura sindical e que praticam o sindicalismo de conciliação de classes (Zanella, p. 205, 2004).

⁴ A denominação “CHAPA 2” também era chamada de “CHAPA da CUT” ou “Renovação Sindical” e caracterizava-se como a chapa de oposição, defendida pelos setores progressistas da Igreja, movimentos sociais e pelo PT.)

Durante a década de 1980, a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO) e a Pastoral Operária (PO), desenvolveram um trabalho de formação de lideranças e de organização de grupos de trabalhadores urbanos.

Anacleto Zanella, sindicalista vinculado ao ramo da alimentação na região Alto Uruguai, relata que a JOC e a ACO nasceram na região, mais precisamente em Erechim, na década de 1970, por influência do padre Adelar de David e da Irmã Deonilse Rovani.

No decorrer da década de 1980, a ACO foi sendo substituída pelo trabalho da Pastoral Operária (PO), que defendia o sindicalismo combativo, fundamentado na proposta da CUT. Neste sentido, uma estratégia foi montada para a conquista do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação de Erechim. Segundo relato de José Revers Sobrinho (Seminotti, 2008, p. 142), a partir da atuação na Pastoral Operária, passou-se a optar pelo emprego na Cotrel como meio para se associar ao Sindicato das Indústrias da Alimentação e fazer parte da direção da entidade.

A trajetória do sindicalismo combativo no meio urbano alcançaria outras vitórias logo a seguir. Seminotti (2008) explica que a conquista do 15º núcleo do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) seguiu a estratégia adotada no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação, ou seja, ganhar a entidade por dentro. A professora Nely Zaffari possuía um histórico de comprometimento social desde o início da década de 1970 com a formação do grupo Paulo VI e com a Pastoral Operária. Era associada ao CPERS desde 1969 e, sendo representante dos professores estaduais cedidos à Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES), assumiu a Comissão de Educação do sindicato, a partir de 1982. Pelo trabalho realizado e por sua liderança, tornou-se diretora do 15º núcleo nas eleições de 1984, numa chapa de composição com outros campos políticos.

O avanço do sindicalismo urbano foi expressivo na década de 1980, na região Alto Uruguai, a partir do trabalho da pastoral operária. Seminotti (2008) relata alguns destes processos de conquistas. Em 1986, foi conquistado, pelo campo da CUT, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Erechim.

Na segunda metade da década de 1980, outras entidades foram conquistadas ou passaram a articular-se junto ao campo da CUT: a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (Atapers) (1987), a Casa do Trabalhador⁵ (1986), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário (1987) e o Sindicato dos Empregados no

⁵ A Casa do Trabalhador foi criada em 1962 e abrigava várias entidades sindicais urbanas que não possuíam sede própria. Servia também para contratar serviços assistenciais para os associados dos sindicatos. Em fevereiro de 1986, os sindicalistas ligados à CUT conseguiram eleger a diretoria desta entidade, assim, passaram a exercer o controle sobre ela. A partir de então, a Casa do Trabalhador passou a ser um local importante para cursos, reuniões e encontros organizados pela CUT na região.

Comércio de Erechim (1987). Foram criados os Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários de Erechim (1987) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde (1989).

A Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB)

O projeto de desenvolvimento proposto pelos governos militares, empreendendo a industrialização e a internacionalização acelerada da economia, tinha como grande meta, nos anos 1970, um novo modelo energético baseado na construção de usinas hidroelétricas de grande porte. Juntamente com a região Nordeste, com a barragem do rio São Francisco e a região Norte, com a barragem de Tucuruí, a região Sul teria grandes investimentos na produção de energia, com várias barragens nas bacias dos rios Paraná e Uruguai.

As informações sobre locais, número de atingidos, início das obras, possíveis indenizações não eram reveladas pela ELETROSUL (órgão do governo responsável pelo projeto), o que causava apreensão e revolta dos atingidos. Na região Alto Uruguai, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens se constituiu no final da década de 1970, justamente por tomar conhecimento do projeto de construção das barragens do rio Uruguai.

A criação da CRAB⁶ na região Alto Uruguai iniciou a partir da articulação entre padres ligados à CPT e outros setores progressistas da Igreja Católica, lideranças dos sindicatos combativos e professores da Faculdade de Erechim – FAPES. O padre Ivo Moelke, em Seminotti (2008), revela que aos domingos ia participar de mobilizações nas comunidades onde a barragem de Machadinho atingiria, mas que era uma opção muito mais dos padres do que uma orientação da Igreja.

A Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior de Erechim (FAPES), que viria a se transformar na Universidade Regional Integrada em 1992, também contribuiu para a criação da CRAB. Havia o envolvimento de vários professores na assessoria das pastorais sociais e dos movimentos populares. Entre os professores, estavam Nely Zaffari, Nédio Piran, Ernesto Cassol e Raimundo Pedrosa.

Um dos marcos desta luta contra as barragens e contra o modelo energético planejado pelos governos militares, na região, foi a Romaria da Terra, em 15 de fevereiro de 1983, na localidade de Carlos Gomes, na época, município de Viadutos. Seminotti (2008) revela que a decisão de fazer a Romaria neste local partiu de uma proposta da CRAB e da CPT local. Essas entidades queriam chamar a atenção da sociedade para este problema social. O resultado positivo de todo o processo de mobilizações e do trabalho de conscientização em toda a região forçou a interrupção dos

⁶ A Comissão Regional de Atingidos por Barragens trabalhava a partir da seguinte base: ao final dos anos 70, no início da chamada abertura política, os trabalhadores rurais da Bacia do Rio Uruguai são surpreendidos por notícias de que estava sendo planejada uma inundação na região (CRAB. *Nossa história em debate*. Lages: Gráfica Vianei, 1989, p. 5).

trabalhos da ELETROSUL. O projeto e a construção da barragem de Machadinho foram retomados na década de 1990, não atingindo a localidade de Carlos Gomes, hoje município.

Outro projeto planejado pela ELETROSUL, na década de 1970, foi a barragem de Itá, situada também na bacia do rio Uruguai, na divisa entre o norte do Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina. A Barragem de Itá foi construída no final da década de 1980 e início da década de 1990, porém com um processo de negociação e indenização aos atingidos, coordenado pela CRAB.

Seminotti (2008) explica que a CRAB desenvolvia suas atividades junto aos atingidos com recursos provenientes de projetos de cooperação internacional, a Pão para o Mundo e a Misereor (entidades religiosas da Europa). A mídia criticava duramente o uso de recursos para as atividades da CRAB, fazendo relação com o MST, CUT e o PT. O jornal Voz da Serra, em novembro de 1987 publicou vários artigos sob os seguintes títulos: “Dólares sempre à vontade”, “Sem-terra tem aula de guerrilha”, “Doutrinação do PT e CUT”, “Poderio amedronta prefeitos”.

A CRAB passou a atuar sob o nome de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), realizando a sua primeira assembleia em 1986. Porém a criação formal do MAB ocorreu em 1991, no I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens realizado em Goiânia.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

O trabalho de formação de lideranças, pelo método ver-julgar-agir, provocava reflexões sobre a conjuntura local, nacional e global nos aspectos político, social, econômico e cultural. Um dos temas trabalhados era a questão de gênero, que analisa o papel da mulher na sociedade atual. Para o MMTR A luta pela igualdade de gênero precisava romper com o viés histórico de opressão e discriminação contra a mulher.

Seminotti (2008) esclarece que o MMTR ganhou maior notoriedade a partir de 1983, quando passou a ter maior organização e desenvolveu um trabalho de conscientização, com lutas específicas, buscando direitos, maior espaço na sociedade e se articulando com os demais movimentos sociais populares da região. Segundo Piran (2001, p 88), “O início da organização se dá com a luta pela aposentadoria aos 55 anos, mas logo se amplia para o direito a fazer o ‘bloco’ para a venda de produtos em seu nome, reconhecimento da profissão de agricultora, direito de se associar às cooperativas.

O movimento estava organizado em mais de 80 municípios do estado do Rio Grande do Sul, atingindo sistematicamente de 30 a 35 mil mulheres na base. Na região Alto Uruguai, o movimento estava organizado em aproximadamente 10 municípios, de onde surgiram várias lideranças regionais (Seminotti, 2008). Esses avanços foram decorrentes de atividades realizadas pelo movimento como dias de estudo, seminários, cursos, mobilizações, materiais didáticos e de

divulgação. Havia grande apoio de setores progressistas da Igreja Católica, padres e irmãs que participavam de encontros, realizavam celebrações e reflexões em torno das lutas das mulheres.

O apoio ao MMTR sofria resistência dos setores conservadores da Igreja Católica, mas aos poucos foi assumido por alguns padres diocesanos e algumas irmãs de congregações religiosas. Seminotti (2008) analisa que somente no ano de 1990 é que a CNBB dá maior atenção a toda problemática da mulher e lança a Campanha de Fraternidade, sob o Lema: “Mulher e homem, imagem de Deus”. O que significou um impulso para a organização do movimento, com o aprofundamento sobre temas como a “discriminação da mulher na sociedade”, “a participação da mulher na política”, “a exploração sexual da mulher”, “a mulher no mercado do trabalho”, entre outros.

O Centro de Educação Popular (CEPO)

As organizações que mais respondiam aos desafios de analisar a conjuntura e planejar as ações de forma coletiva foram o grupo Paulo VI, que atuou durante toda a década de 1970 e início da década de 1980, e a CUT regional, a partir de 1983. As lideranças vinculadas elas decidiram criar o CEPO, para atuar de maneira articulada com as demais organizações sociais populares da região e ser uma entidade jurídica que permitisse receber recursos de projetos de cooperação internacional e do Estado. Nely Zaffari, uma das fundadoras do CEPO e atuante no grupo Paulo VI, relata, a partir de Seminotti (2008, p. 160), que: “o fato de ser uma entidade jurídica, permitia a captação de recursos financeiros de cooperação internacional, principalmente de organismos europeus ligados à Igreja Católica.”

Seminotti (2008) pondera que os sindicatos não podiam legalmente receber recursos, a não ser a contribuição dos associados, e que os movimentos populares não eram constituídos juridicamente, então o CEPO elaborava os projetos, recebia os recursos e repassava-os aos sindicatos e movimentos populares. As entidades desenvolviam o trabalho de formação junto aos seus associados e o CEPO prestava contas às entidades financiadoras. Entre essas entidades estão: Misereor, Pão para o Mundo e ICCO, todas ligadas a igrejas europeias.

Criado em 20 de setembro de 1985, o CEPO adquiriu sua personalidade jurídica no dia 22 de abril de 1986. O período entre 1985 e 1987 é caracterizado como “a fase da criação”. Nessa primeira fase, o CEPO apoiava e dava o suporte para a realização dos projetos desenvolvidos pelos movimentos sociais populares. A principal área de atuação nesse momento é a prestação de serviços (produção de material, boletins, panfletos, empréstimo de materiais pedagógicos e serviços de entidade jurídica a projetos dos movimentos).

No período de 1988 a 1990, o CEPO faz o trabalho de assessoria aos movimentos sociais nas áreas de formação e comunicação. Visando responder às necessidades dos movimentos, de

realizar um trabalho mais científico, inicia-se a estruturação da área de pesquisa. Essa fase também é marcada pelo trabalho de elaboração de políticas para o CEPO: metodológica, institucional, financeira e administrativa.

Durante toda a década de 1990, o CEPO caracterizou-se como um centro de assessoria, atuando nas áreas de construção orgânica (formação, organização, planejamento e administração), comunicação e elaboração. Seminotti (2008) relata que o Cepo passa a prestar assessoria a outras entidades (escolas, associações, cooperativas, conselhos, Pastoral da Juventude, prefeituras). Iniciou, então, discussões em torno das grandes questões do desenvolvimento com ações em economia solidária rural e urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a formação das organizações sociais populares, a partir do trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica, significou dar olhos para um dos períodos mais desafiadores da história nacional e local. Os setores progressistas da Igreja Católica cumpriram um papel central no processo de formação de lideranças, especialmente a partir da criação da Pastoral da Juventude que se fez presente em praticamente todas as paróquias e comunidades da região Alto Uruguai.

A formação de um campo popular composto por organizações e movimentos sociais na região Alto Uruguai, no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, está incluída como parte e contribui para mudanças no contexto sociopolítico brasileiro. O processo de mobilização nacional contra a ditadura, pela redemocratização e pela redefinição do papel do Estado estendeu-se para diferentes regiões do país e alguns atores ganharam centralidade na coordenação e mediação da reorganização da sociedade civil.

Devemos considerar que o concílio Vaticano II, Puebla e Medellín foram decisivos para o fortalecimento da Teologia da Libertação e comprometeu uma parcela considerável de leigos, padres, irmãs, bispos, arcebispos e cardeais da América Latina para o trabalho social. A CNBB fortaleceu as CEBS e estas levaram a Igreja Católica a bairros populares e comunidades rurais para debater sobre a realidade social e política, relacionando fé e ação social.

Evidenciamos a divisão entre os padres comprometidos com a transformação social e os padres e o próprio bispo com visão conservadora. A ala conservadora não conseguiu obstruir as ações propostas pelos setores progressistas, com exceção de algumas paróquias onde o pároco conservador permaneceu por muito tempo na mesma.

Identificamos que a organização da Pastoral Operária e do grupo Paulo VI contribuíram para as conquistas sindicais urbanas deste período. No entanto, isso ocorreu com menor envolvimento dos padres diocesanos do que no movimento das oposições sindicais dos STR e da CRAB.

Concluimos também que o trabalho de formação através dos cursos do TAPA e da ESAU foram decisivos para o surgimento de dezenas de novas lideranças, especialmente no meio rural, na década de 1980. Estas novas lideranças criaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as oposições sindicais e conquistaram dezenas de sindicatos, criaram também a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o Centro de Educação Popular (CEPO).

Constatamos também que lideranças sindicais, dos movimentos sociais populares e padres dos setores progressistas da Igreja Católica, estudaram o socialismo, combateram o capitalismo e tiveram envolvimento partidário, participando da criação e organização do Partido dos Trabalhadores em vários municípios da região.

É possível concluir também que as lutas sociais desenvolvidas pelos movimentos sociais da região Alto Uruguai, durante a década de 1980 e em meados de 1990, contribuíram para a conquista de algumas políticas públicas em âmbito nacional, como o seguro agrícola, crédito agrícola com juros mais baixos para a agricultura familiar, preço mínimo para produtos agrícolas, aposentadoria para a mulher camponesa, o assentamento de famílias pela reforma agrária, a expansão das Universidades e Institutos Federais, inclusive com dois campus na cidade de Erechim, e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras conquistas.

Por fim, entendemos que o contexto sociopolítico atual nos desafia a construirmos ferramentas capazes de colocar os trabalhadores no protagonismo sobre o modelo de desenvolvimento que queremos. Que este trabalho possa contribuir para a reflexão e a análise dos princípios que estruturaram o campo de lutas na região Alto Uruguai do RS. A exemplo dos anos 1970 e 1980, atualmente a democracia perdeu espaço para ideias totalitárias, e muitos direitos conquistados recentemente estão sendo soterrados em nome da falsa teoria de que o crescimento econômico, a partir do grande capital, é gerador de emprego e renda. A necessidade de um renascimento, com concepções de homem e de natureza baseadas na sustentabilidade e na justiça social, se impõe.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação alternativa na sociedade autoritária. In: PAIVA, Vanislá (Org). *Perspectiva e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- COMPENDIO do Vaticano II. *Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CRAB. Comissão dos Atingidos por Barragens. *Nossa história em debate*. Lages: Gráfica Viane, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *1920 – A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FREITAS, Maria Carmelinda de. *Uma opção renovadora: a igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. *O grande e velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*. Passo Fundo, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- IANNI, Octávio. *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana*. Caxias do Sul, UCS-EST, 1979.
- HUMMES, D. Cláudio. A igreja e a greve do ABC. *Petrópolis: Vozes*, 1981, n. 75, jan/fev. p. 5-12.
- JAC. Juventude Agrária Católica. *Texto da Coordenação da Pastoral da Juventude Rural*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KUCINSKI, Bernardo. *1937: o fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LIBANO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.
- MORAES, Maria Stela. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993.
- PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Camp, 2001.
- PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001.
- PUEBLA. Texto oficial da CNBB. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *A evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Loyola, 1979.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- RODRIGUES, Marly. *O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte*. São Paulo: Atual, 1990.
- SALEM, H. *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCAPINI, Elton. *Histórico dos movimentos sociais na Região*. Erechim: CEPO, 1991.
- SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- SEMINOTTI, Jonas J. A arte de politizar: o papel político da Igreja Católica no Alto Uruguai do RS (1974-1990). Erechim. Graffoluz, 2008.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Ary Dillon; D' ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. *O grande salto para o caos; a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar*. São Paulo. Editora Ática. 1994.